

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	11
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	12
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	13

Demonstração do Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração	15
----------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	56
----------------------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	58
---	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	59
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	62
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	63
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	64
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	41.800
Preferenciais	0
Total	41.800
Em Tesouraria	
Ordinárias	534
Preferenciais	0
Total	534

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	13/12/2016	Juros sobre Capital Próprio	31/01/2017	Ordinária		0,31018

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	354.459	375.979	354.922
1.01	Ativo Circulante	96.932	84.909	72.365
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	18.725	18.714	12.868
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	1.339	1.208
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	1.339	1.208
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	0	1.339	1.208
1.01.03	Contas a Receber	53.095	50.563	43.664
1.01.03.01	Clientes	53.095	50.563	43.664
1.01.04	Estoques	1.465	1.759	1.980
1.01.06	Tributos a Recuperar	19.998	8.320	10.003
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	19.998	8.320	10.003
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	17.825	6.369	7.771
1.01.06.01.02	Demais tributos a compensar	2.173	1.951	2.232
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.649	4.214	2.642
1.01.08.03	Outros	3.649	4.214	2.642
1.02	Ativo Não Circulante	257.527	291.070	282.557
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	22.823	86.506	86.178
1.02.01.06	Tributos Diferidos	3.249	9.243	8.213
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	9.243	8.213
1.02.01.06.02	Demais Tributos a Compensar	3.249	0	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	19.574	77.263	77.965
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	17.796	75.138	76.714
1.02.01.09.04	Outros	1.778	2.125	1.251
1.02.03	Imobilizado	39.074	39.198	40.970
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.031	11.839	11.242
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	28.043	27.359	29.728
1.02.04	Intangível	195.630	165.366	155.409
1.02.04.01	Intangíveis	195.630	165.366	155.409
1.02.04.01.02	Sistemas Informatizados	169.735	139.471	129.514

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.02.04.01.03	Ágio (sem vida útil definida)	25.895	25.895	25.895

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	354.459	375.979	354.922
2.01	Passivo Circulante	107.073	99.560	88.290
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	32.833	31.483	29.203
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.807	6.155	5.716
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	26.026	25.328	23.487
2.01.02	Fornecedores	28.017	23.457	20.218
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	28.017	23.457	20.218
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.211	3.726	2.645
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.304	2.391	1.394
2.01.03.01.03	Outros Impostos federais	3.304	2.391	1.394
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3	3	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.904	1.332	1.251
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	24.084	28.246	31.413
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	14.987	19.903	22.330
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	14.987	19.903	22.330
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	9.097	8.343	9.083
2.01.05	Outras Obrigações	16.928	12.648	4.811
2.01.05.02	Outros	16.928	12.648	4.811
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.230	6.171	3.169
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	5.698	6.477	1.642
2.02	Passivo Não Circulante	53.956	105.243	107.486
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	39.640	38.530	44.996
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	27.519	26.997	32.005
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	27.519	26.997	32.005
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	12.121	11.533	12.991
2.02.02	Outras Obrigações	335	335	335
2.02.02.02	Outros	335	335	335
2.02.02.02.03	Tributos a Recolher	335	335	335
2.02.03	Tributos Diferidos	2.884	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.884	0	0
2.02.04	Provisões	11.097	66.378	62.155
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.097	66.378	62.155
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.592	55.528	52.821
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.335	10.701	9.199
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	170	149	135
2.03	Patrimônio Líquido	193.430	171.176	159.146
2.03.01	Capital Social Realizado	129.232	129.232	129.232
2.03.02	Reservas de Capital	506	414	394
2.03.02.04	Opções Outorgadas	506	414	394
2.03.04	Reservas de Lucros	63.692	41.530	29.520
2.03.04.01	Reserva Legal	7.517	5.771	4.821
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	57.691	37.330	26.270
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-1.516	-1.571	-1.571

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	465.825	463.570	397.276
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-344.053	-360.146	-315.439
3.03	Resultado Bruto	121.772	103.424	81.837
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-63.793	-62.668	-55.018
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.048	-4.081	-1.995
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-62.810	-59.238	-53.429
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.022	1.352	1.408
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	43	-701	-1.002
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	43	-701	-1.002
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	57.979	40.756	26.819
3.06	Resultado Financeiro	-10.945	-15.562	-12.314
3.06.01	Receitas Financeiras	5.395	5.274	4.892
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.340	-20.836	-17.206
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	47.034	25.194	14.505
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-12.127	-6.184	-3.258
3.08.01	Corrente	0	-7.214	-3.584
3.08.02	Diferido	-12.127	1.030	326
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	34.907	19.010	11.247
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	34.907	19.010	11.247
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00000	0,46090	0,27210
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00000	0,00000	0,27210

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	34.907	19.010	11.247
4.03	Resultado Abrangente do Período	34.907	19.010	11.247

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	73.644	55.888	48.560
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	92.512	66.663	57.858
6.01.01.01	Lucro Líquido (Prejuízo) do período	34.907	19.010	11.247
6.01.01.02	Depreciação e amortização	32.923	29.085	26.385
6.01.01.03	Valor residual dos ativos baixados	203	528	649
6.01.01.04	Juros e variações monetárias	9.465	13.232	12.160
6.01.01.05	Instrumento patrimonial p/ pagto em ações	92	20	58
6.01.01.06	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-73	92	574
6.01.01.07	Provisão para contingências	2.868	5.726	7.111
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.127	-1.030	-326
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.161	3.916	-1.004
6.01.02.01	Contas a receber	-2.459	-6.991	-666
6.01.02.02	Estoques	294	221	1.113
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	58.302	5.311	-1.819
6.01.02.04	Outros Ativos	-11.547	-210	1.844
6.01.02.05	Fornecedores	4.559	3.240	4.484
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	1.429	1.523	2.508
6.01.02.07	Baixas por pagamento de contingências	-60.881	-6.791	-3.610
6.01.02.08	Outros Passivos	2.142	7.613	-4.858
6.01.03	Outros	-10.707	-14.691	-8.294
6.01.03.01	Juros Pagos	-7.343	-12.731	-8.294
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-3.364	-1.960	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-56.169	-33.545	-25.621
6.02.01	Compra de ativo imobilizado	-3.275	-3.328	-3.760
6.02.02	Compra de ativo intangível	-54.247	-30.217	-20.747
6.02.04	Aplicação financeira	1.353	0	-1.114
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17.464	-16.497	-23.403
6.03.01	Ingresso de empréstimos e financiamentos	15.000	15.003	46
6.03.02	Amortização de Emprést. E financiamentos	-26.348	-28.331	-21.355

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.03.03	Aquisição de ações em tesouraria	55	0	-2.052
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio	-6.171	-3.169	-42
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	11	5.846	-464
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18.714	12.868	13.332
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	18.725	18.714	12.868

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	129.232	414	41.530	0	0	171.176
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.232	414	41.530	0	0	171.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	92	55	-12.800	0	-12.653
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	92	0	0	0	92
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	55	0	0	55
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-12.800	0	-12.800
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.907	0	34.907
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.907	0	34.907
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	22.107	-22.107	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	20.362	-20.362	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	1.745	-1.745	0	0
5.07	Saldos Finais	129.232	506	63.692	0	0	193.430

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	129.232	394	29.520	0	0	159.146
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.232	394	29.520	0	0	159.146
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	20	0	-7.000	0	-6.980
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	20	0	0	0	20
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-7.000	0	-7.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	19.010	0	19.010
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	12.010	-12.010	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	11.059	-11.059	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	951	-951	0	0
5.07	Saldos Finais	129.232	414	41.530	0	0	171.176

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	129.232	336	23.975	0	0	153.543
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.232	336	23.975	0	0	153.543
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	58	-2.052	-3.650	0	-5.644
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	58	0	0	0	58
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-2.052	0	0	-2.052
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.650	0	-3.650
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.247	0	11.247
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.247	0	11.247
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.597	-7.597	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	7.034	-7.034	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	563	-563	0	0
5.07	Saldos Finais	129.232	394	29.520	0	0	159.146

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	518.021	504.790	431.926
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	514.925	503.530	431.092
7.01.02	Outras Receitas	3.023	1.352	1.408
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	73	-92	-574
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-126.737	-148.211	-126.146
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-93.857	-112.116	-95.781
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-32.880	-36.095	-30.365
7.03	Valor Adicionado Bruto	391.284	356.579	305.780
7.04	Retenções	-32.923	-29.085	-26.385
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.923	-29.085	-26.385
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	358.361	327.494	279.395
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.395	5.274	4.892
7.06.02	Receitas Financeiras	5.395	5.274	4.892
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	363.756	332.768	284.287
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	363.756	332.768	284.287
7.08.01	Pessoal	199.143	193.868	169.510
7.08.01.01	Remuneração Direta	154.501	152.494	133.854
7.08.01.02	Benefícios	29.729	26.966	23.778
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.913	14.408	11.878
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	79.910	66.453	55.341
7.08.02.01	Federais	69.648	55.808	46.556
7.08.02.02	Estaduais	139	492	276
7.08.02.03	Municipais	10.123	10.153	8.509
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	49.796	53.437	48.189
7.08.03.01	Juros	16.340	20.837	17.206
7.08.03.02	Aluguéis	33.456	32.600	30.983
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	34.907	19.010	11.247
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	12.800	7.000	3.650
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	22.107	12.010	7.597

Relatório da Administração

Caros Acionistas,

A Administração da CSU CardSystem S.A. (“CSU” ou “Companhia”) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Perfil da Companhia

A CSU é empresa líder no mercado brasileiro de prestação de serviços de alta tecnologia voltados ao consumo, relacionamento com clientes, processamento e transações eletrônicas. Com mais de 20 anos de história, a Companhia criou um modelo único e inovador de atuação, oferecendo produtos e soluções inteligentes e sinérgicas para os mais diversos setores da economia, tornando-se referência no mercado brasileiro de prestação de serviços de alta tecnologia.

Contando com cerca de 7 mil colaboradores, localizados nas regiões de Recife, Belo Horizonte, São Paulo e Barueri, a CSU atua através de quatro áreas de negócio.

A **CSU.CardSystem** é a unidade especializada na gestão e processamento de meios eletrônicos de pagamento (**CardSystem**), e consolida ainda os resultados das divisões **MarketSystem** (provedora de soluções de marketing de relacionamento, fidelidade e *e-commerce*, utilizando recursos das plataformas tecnológicas de *Loyalty* e OPTe+) e **ITS** (divisão especializada em gestão e terceirização de *data center*).

Já a **CSU.Contact** é mais do que um *contact center*. É a unidade de terceirização de gestão para relacionamento com o cliente, especializada no desenho de soluções personalizadas e inovadoras para toda a jornada de relacionamento de seus clientes, através de posições de atendimento humano ou canais digitais.

Mensagem da Administração

Como continuidade ao reposicionamento iniciado em 2014, o ano de 2016 concretiza a consistência dos resultados entregues ao longo dos últimos doze trimestres, decorrência da evolução e diversificação do modelo de negócios da CSU.

Encerramos o ano de 2016 com evolução expressiva dos principais indicadores financeiros, mantendo uma estrutura de capital equilibrada e saudável e sustentando um plano de investimentos estratégicos para os negócios da Companhia.

A **CardSystem**, divisão responsável pelo processamento e administração dos meios eletrônicos de pagamento, encerrou o ano com 22,9 milhões de cartões cadastrados, crescimento anual de 6,1%, reflexo do crescimento orgânico da base de cartões, ativações e emissões de novos cartões.

Do ponto de vista comercial, com grande satisfação informamos que a migração da base de cartões do BMB (Banco Mercantil do Brasil) foi efetivada em 13 de fevereiro de 2017, e envolveu cerca de 900 mil cartões atrelados a diversos serviços a serem prestados. Adicionalmente, anunciamos que a Companhia firmou contrato com novo emissor, cujo projeto está previsto para implantação ainda em 2017.

Relatório da Administração

Já na **MarketSystem**, divisão especializada em *marketing* de relacionamento, programas de fidelidade e *e-commerce*, o ano de 2016 foi marcado pela contínua integração de novos parceiros comerciais e conquistas e implantações de novos clientes, como a Souza Cruz, na modalidade Shopping Corporativo, e Pernambucanas e Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), na modalidade *Loyalty*. A plataforma tecnológica OPTe+ conta, atualmente, com 13 clientes, cerca de 60 parceiros comerciais integrados e mais de 1 milhão de produtos ofertados nos segmentos de moda, varejo, passagens aéreas e pacotes turísticos.

O OPTe+ vem permitindo potencializar o valor intrínseco dos programas de fidelidade, uma vez que proporciona redução dos custos finais aos seus patrocinadores ao mesmo tempo que amplia as opções de resgate do usuário final. Em relação ao ano de 2015, registramos um aumento de cerca de 50% do volume de resgates realizados dentro da plataforma frente à transferência de pontos para demais programas de fidelidade (milhas e outros), comprovando a atratividade das soluções de relacionamento, benefícios e recompensa por meio do OPTe+.

A **CSU.Contact** apresentou no ano uma média de 2.294 Posições de Atendimento (PA's) faturadas, menor em 9,1% nos últimos doze meses. Dentre os mercados em que a CSU atua, o de terceirização de atendimento é o mais atingido pela retração do consumo, registrando um arrefecimento do volume de atividades ao longo do ano. Permanecemos com a orientação estratégica de uma estrita política de controle de custos e despesas e priorização de operações de maior complexidade. Mesmo com as dificuldades mercadológicas enfrentadas pelo setor de *Contact Center*, a unidade apresentou conquistas comerciais ao longo do ano, permitindo também expandir as operações de alguns clientes já existentes.

A CSU.Contact vem investindo em tecnologia, com foco em inovação de seus produtos, em busca de excelência na prestação dos serviços e incremento de produtividade. Nesse sentido, a unidade vem se destacando como uma prestadora de serviços reconhecidamente especializada em operações de alta complexidade, ao prover soluções inovadoras e em linha com as novas tendências de mercado, como automação, robotização e atendimento ao cliente de forma digital. A qualidade dos produtos e serviços ofertados pela unidade vem sendo comprovada através de diversos prêmios recebidos como, por exemplo, pelo segundo ano consecutivo o reconhecimento de Empresa do Ano em “Excelência em *Contact Center*” (XVI Prêmio ABT).

A divisão de negócios **ITS**, responsável por serviços de infraestrutura tecnológica (BPO/ITO), segue contribuindo com operações que envolvem as demais áreas de negócios da CSU. Adicionalmente, ao final de 2016, a divisão firmou contrato de operação de *datacenter* com a multinacional Hiperstream, uma empresa do Grupo Suzano, que passou a contar com os serviços de *Cloud Computing*, tecnologia mais flexível, escalar e que permite acesso remoto a diferentes tipos de soluções pela Internet. O serviço representa a utilização mais eficiente dos recursos, com economia de custos e de tempo para os nossos clientes. O referido contrato já foi implantado e está em operação desde fevereiro de 2017.

A diversificação dos negócios da Companhia permitiu à CSU ampliar em 2,3% o faturamento bruto anual em 2016, mesmo em meio a um ano desafiador tanto do ponto de vista de ambiente de negócios no Brasil quanto do ponto de vista operacional, continuando a operar em um patamar superior a meio bilhão de reais. O intenso trabalho de busca por eficiência das operações, através do plano de redução de custos e despesas, viabilizou uma expansão de 30,2% do EBITDA, que totalizou R\$ 90,9 milhões no ano, e de 83,6% do lucro líquido, que somou R\$ 34,9 milhões em 2016. A alavancagem da Companhia segue confortável, com uma razão dívida líquida sobre EBITDA de 0,5 vez ao final de dezembro de 2016, mesmo com o aumento no nível de investimento realizado neste ano.

Relatório da Administração

A forte geração de caixa e redução no nível de alavancagem possibilitaram a realização de investimentos estratégicos na área de meios de pagamento, além da distribuição de R\$ 12,8 milhões na forma de Juros Sobre o Capital Próprio, ocorrida em 30 de Janeiro de 2017, e de R\$ 1,1 milhão a ser distribuído na forma de dividendos complementares, conforme aprovado em Reunião de Conselho de Administração ocorrida em 07 de março de 2017 e a ser deliberado em AGO, representando um *payout* de 40,0% sobre o Lucro Líquido ou de 42,1% sobre o Lucro Líquido ajustado do exercício.

Seguimos confiantes quanto à estratégia de negócios adotados pela Companhia e a qualidade dos serviços prestados em cada uma das unidades de negócios da CSU. Em um cenário econômico ainda em transformação, a atuação da Companhia em diferentes setores da economia é positiva em termos de resiliência para a consistência na entrega de resultados. Seguiremos focados em obter eficiência operacional e continuaremos buscando novas oportunidades para o crescimento sustentável da Companhia, maximizando o valor do acionista.

Marcos Ribeiro Leite

Diretor Presidente

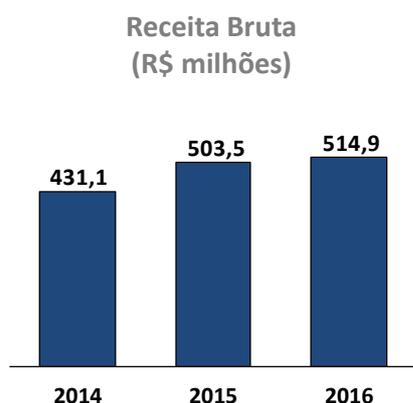
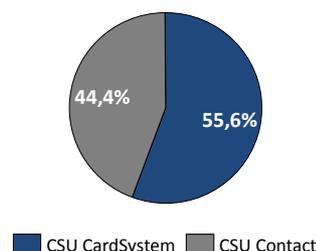
Relatório da Administração

Destaques do Resultado em 2016

Em 2016, a receita bruta da Companhia totalizou R\$ 514,9 milhões, 2,3% superior ao ano de 2015.

O fortalecimento operacional das divisões de negócios consolidadas na unidade CSU.CardSystem fizeram com que sua representatividade na receita bruta consolidada da Companhia atingisse 55,6% em 2016 (54,2% em 2015).

Composição da Receita Bruta



Os resultados da unidade CSU.CardSystem foram beneficiados pela divisão de processamento de cartões (CardSystem), que encerrou o quarto trimestre de 2016 com 22,9 milhões de cartões cadastrados e 19,5 milhões de cartões faturados, crescimentos anuais de 6,1% e de 5,9%, respectivamente.

A partir de julho de 2016, a Companhia deixou de prestar serviços de processamento de transações de adquirencia para o Banrisul, o qual internalizou sua operação. A CSU continua perseguindo, de forma confiante, novas oportunidades de negócios para a divisão Acquirer.

Adicionalmente, no acumulado do ano, a divisão MarketSystem apresentou um volume financeiro transacional de R\$ 147,8 milhões, 10,3% inferior ao volume de 2015. A queda é explicada pelo menor volume de resgates causado, sobretudo, pela queda do consumo e aos esforços de redução de custos das empresas patrocinadoras, em linha com o cenário macroeconômico incerto. Contudo, apesar da queda do volume financeiro transacional total, o volume de resgates exclusivo do OPTe+ segue apresentando crescimentos consistentes, com expansão de 44,7% em 2016 em relação ao ano anterior. Esse desempenho evidencia a atratividade da plataforma e o contínuo processo de mudança cultural de comportamento dos participantes dos programas de fidelidade, dispostos a considerar uma gama muito mais ampla e diferenciada de opções de resgate.

Em 2016, a MarketSystem continuou trabalhando para o aprimoramento de suas linhas de negócios, com a expansão da base de parceiros comerciais da plataforma OPTe+ e o fortalecimento de sua marca para o mercado. Ao longo do ano, foram implantados 25 novos parceiros comerciais, ampliando os diferenciais competitivos da plataforma em suas diferentes modalidades.

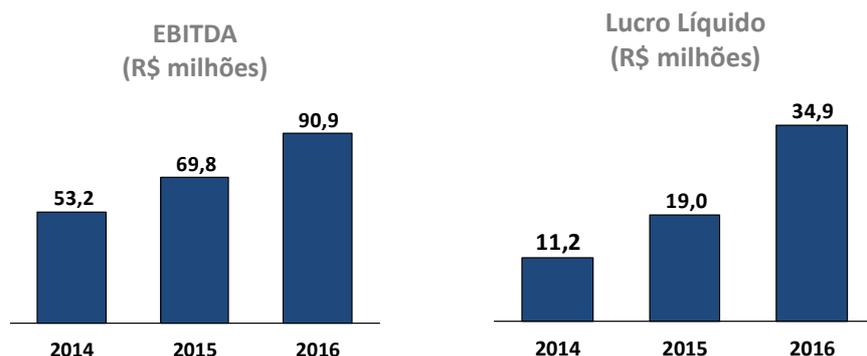
A unidade CSU.Contact registrou uma queda anual de 9,2% na média de PA's faturadas de 2016, encerrando o período com 2.294 posições. O menor volume de atividades nas operações de nossos clientes, justificado pelos impactos da retração macroeconômica, resultou em um menor número de PA's faturadas.

No ano, o lucro bruto gerado pela Companhia somou R\$ 121,8 milhões (expressivo aumento de 17,7% vs. 2015), o que equivale a uma margem bruta de 26,1%, aumento de 3,8 p.p. em relação à margem bruta de 2015. O EBITDA totalizou R\$ 90,9 milhões em 2016, expansão de 30,2% sobre 2015. A margem EBITDA, por sua vez, atingiu 19,5% no ano, 4,4 p.p. acima da margem registrada em 2015.

Relatório da Administração

Com isso, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 34,9 milhões em 2016, 83,6% superior ao resultado líquido do ano anterior.

Mesmo diante de um cenário ainda incerto, com desafios operacionais e econômicos, a Companhia conseguiu apresentar resultados consistentes ao longo de todo o ano de 2016, encerrando o período com crescimentos em todos os seus principais indicadores financeiros. O resultado também foi impactado positivamente pela diversificação das frentes de negócios da Companhia em paralelo ao programa de controle de custos e despesas, além de uma postura diligente com relação aos investimentos.



Endividamento e Geração Operacional de Caixa

A Companhia registrou em 2016 um aumento de 31,8% da geração de caixa operacional líquida, totalizando R\$ 73,6 milhões no exercício. Já o endividamento líquido foi de R\$ 45,0 milhões, 6,4% inferior ao exercício anterior.

Além de suportar a realização de CAPEX e o capital de giro do exercício, a geração operacional de caixa do exercício permitiu que a relação dívida líquida/EBITDA encerrasse o ano em 0,5 vez, redução de 0,2 vez frente a 31 de dezembro de 2015.

Adicionalmente, a geração de caixa positiva permitiu a distribuição de proventos aos acionistas acima do percentual mínimo obrigatório, previsto no Estatuto Social da Companhia, e a amortização de empréstimos e financiamentos, encerrando o exercício com uma posição de caixa final no montante de R\$ 18,7 milhões.

A CSU não possui dívidas em moeda estrangeira e não se utiliza de instrumentos derivativos. O caixa segue aplicado em Certificados de Depósito Bancários (CDB's) compromissados emitidos por bancos de primeira linha.

Relatório da Administração

Investimentos

Durante o ano de 2016, a Companhia realizou investimentos no montante de R\$ 63,0 milhões, aumento de 66,8% quando comparado ao ano de 2015. A divisão CardSystem recebeu maior alocação dos investimentos, justificada pela (i) necessidade de customização e desenvolvimentos relacionados ao *software* utilizado para o processamento de cartões, como também (ii) pelo *upgrade* da licença do mesmo e atualização do *Mainframe*. A expansão dos investimentos nas atividades de meios de pagamento permitirá à Companhia manter o seu elevado nível de competitividade neste segmento em franca transformação.

No mês de outubro, a Companhia finalizou importante negociação com a PaySys, fornecedora do software VisionPLUS. O novo acordo agrega significativa expansão dos direitos de licenciamento, possibilitando combinar as novas e existentes versões licenciadas, além de permitir ofertar soluções cada vez mais avançadas e customizadas a seus clientes e ao mercado como um todo.

A Companhia também realizou investimentos adicionais na divisão de negócios ITS, investimentos esses realizados para o emprego de maior tecnologia, sobretudo em *cloud computing*, e que estão atrelados à geração de receitas futuras para a divisão. Já a unidade CSU Contact, por sua vez, apresentou uma menor necessidade de investimentos, dado o menor volume de atividade de PA's.

Investimentos (R\$ mil)	2016	2015	% Variação
CSU CardSystem	53.702	29.184	84,0%
CSU ITS	3.238	95	-
CSU Contact	3.742	6.292	-40,5%
Corporativo	2.360	2.224	6,1%
Capex	63.042	37.795	66,8%

Programas de Recompra de Ações Próprias

Em março de 2016, a Companhia aprovou o Programa de Recompra de Ações, seu 13º Programa, para aquisição de até 1 milhão de ações de sua própria emissão por um prazo de 365 dias.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contabilizava 533.997 ações em tesouraria, e um saldo do programa de recompras em aberto de até 1 milhão de ações para aquisição. A CSU não faz uso do programa de recompra desde junho de 2014.

O programa de recompra prevê a permanência das ações em tesouraria, sem redução do capital social, para posterior alienação, cancelamento ou para fazer frente às obrigações da Companhia decorrentes de Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações dirigidas aos executivos da Companhia, ficando a utilização das ações para este fim condicionada à autorização da Comissão de Valores Mobiliários, de acordo com os critérios previamente estabelecidos.

Relatório da Administração

Responsabilidade Social e Ambiental

Sempre engajada com o desenvolvimento social e econômico da comunidade em que atua, em 2003, a CSU fundou o Instituto CSU, uma entidade sem fins lucrativos que já capacitou mais de 19,5 mil pessoas, entre jovens, mulheres, aposentados e trabalhadores com necessidades especiais. Somente no ano de 2016, mais de mil pessoas foram beneficiadas pelas ações de capacitação e solidariedade, através de campanhas internas da CSU com seus colaboradores.

Localizado dentro do *site* de Alphaview, em Barueri, o Instituto CSU oferece diversos cursos de inclusão digital. Todas as ações realizadas são gratuitas e contam com metodologia, equipamentos de última geração e professores qualificados.

A preocupação e colaboração da CSU vão além do âmbito social. Mesmo sendo uma empresa de tecnologia, com atividades não poluentes em seu ciclo de operação, a CSU busca aprimorar continuamente projetos sustentáveis em seus *sites* de atendimento, para reciclagem de resíduos, descarte consciente e ações e instalações de dispositivos para redução do consumo de água, além de campanhas de conscientização.

Adicionalmente, é política da Companhia não contratar serviços ou comprar produtos de empresas poluidoras, que desmatem florestas, que usem matérias primas de fontes ilegais ou que utilizem trabalho infantil ou escravo.

Governança Corporativa

Aprimorar as práticas de governança corporativa é um dos objetivos contínuos da Administração, que entende que o relacionamento mais aberto com seus diferentes públicos contribui para melhorar não apenas a imagem da Companhia, mas também seu desempenho.

Em linha com as boas práticas de Governança Corporativa, a Companhia preza pela qualidade das informações levadas a mercado, privilegiando a transparência e coibindo a assimetria de informações. Como companhia de capital aberto, a CSU dispõe de uma Diretoria de Relações com Investidores (RI), a quem cabe zelar pela qualidade das informações prestadas.

O Conselho de Administração pode ter de cinco a nove membros, de acordo com o Estatuto Social. É prática da Companhia manter a maioria dos seus conselheiros como independentes. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 2016, os acionistas elegeram o Conselho de Administração com cinco membros. Destes, quatro são conselheiros independentes, sendo um deles eleito pelos acionistas minoritários.

Já o Conselho Fiscal é de natureza não permanente, conforme Estatuto Social da Companhia. Desde 2008, vem sendo instalado anualmente, sendo composto por três membros efetivos e três suplentes, com consistente histórico profissional e conhecimento de mercado. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2016, o Conselho Fiscal novamente foi instalado, sendo um dos conselheiros fiscais efetivos e um dos conselheiros fiscais suplentes indicados por acionistas minoritários.

Relatório da Administração

Mercado de Capitais

As ações da CSU são negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa desde 2006, no mais elevado nível de Governança Corporativa, sob o código CARD3. As ações também fazem parte dos índices ITAG – Índice de *Tag Along* Diferenciado e do IGCX – Índice de Governança Corporativa Diferenciada.

A CSU é controlada pela *Greeneville Delaware LLC*, companhia controlada indiretamente pelo Diretor Presidente da Companhia, o Sr. Marcos Ribeiro Leite.

O Capital Social da CSU é composto por 41.800.000 ações ordinárias (ON), das quais 35,6% estão livres para serem negociadas no mercado (*free float*).

Acionistas	Quantidade de Ações	%
Controlador	26.369.549	63,1%
Ações em Circulação	14.896.474	35,6%
Ações em Tesouraria	533.977	1,3%
Total CSU	41.800.000	100,0%

Data base: 31 de dezembro de 2016.

Dando continuidade ao trabalho de *targeting* desenvolvido pela área de Relações com Investidores, em 2016 a Companhia continuou buscando maior aproximação com os seus acionistas, demais investidores, analistas de *equity research* e demais *stakeholders*. O resultado foi um elevado número de contatos realizados com os participantes do mercado através de reuniões com o departamento de Relações com Investidores e o *top management*, incluindo visitas à sede da Companhia, *non-deal roadshows* em outros Estados, além de reunião pública (*CSU Day*). Atualmente, a CSU conta com quatro coberturas de analistas de *equity research*: Brasil Plural, Coinvalores, Eleven Financial e Empiricus.

As ações da CSU (CARD3) encerraram o último pregão do ano, em 29 de dezembro de 2016, cotadas a R\$ 4,90 por ação, uma valorização anual de 75,3% (ajustada por proventos), enquanto o Ibovespa e o Índice *Small Cap* registraram altas de 38,9% e 31,8%, respectivamente.

Em 2016, a base de acionistas da Companhia aumentou em 69% em relação a 2015.

Câmara de Arbitragem

Por disposição estatutária, a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda das normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. A lei brasileira é a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória, sendo que, o procedimento arbitral será processado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Esta possui mecanismos próprios, proporcionando maior agilidade e economia nas matérias a serem decididas.

Relatório da Administração

Relacionamento com Auditores Independentes

A política em relação à contratação de auditoria externa assegura que não haja conflito de interesses, perda de objetividade ou independência do auditor no seu relacionamento com a CSU. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que, durante 2016, não foram contratados da empresa Ernst & Young Auditores Independentes S.S. serviços não relacionados à auditoria de suas demonstrações financeiras em montante superior a 5% dos honorários de auditoria.

Declaração da Diretoria

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, os diretores da CSU CardSystem S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Agradecimentos

A Administração da CSU CardSystem S.A. agradece aos seus acionistas, clientes, parceiros, fornecedores e a sociedade pelo apoio e confiança que depositaram na Companhia ao longo do ano de 2016. Em especial, agradece também a seus colaboradores cujo empenho contribuiu diretamente para a qualidade, excelência e sucesso de nossos serviços.

Notas Explicativas

1 Informações gerais

As operações da CSU CardSystem S.A. ("CSU" ou "Companhia") compreendem a prestação de serviços de processamento de cartões de crédito e de uso múltiplo, de gestão e operacionalização de teleatendimento e televendas (*contact centers*), de cobrança e análise de crédito, de desenvolvimento e gestão operacional de programas de relacionamento, fidelização e aquisição de clientes, a prestação de serviços a empresas que operam no credenciamento de estabelecimento para realização de transações eletrônicas, contemplando a implantação, operacionalização e gestão de rede de capturas de transações eletrônicas de meios de pagamento e a prestação de serviços de terceirização de TI. A Companhia é uma sociedade anônima com sede na cidade de Barueri, no estado de São Paulo, com registro e ações que são negociadas na bolsa de valores BM&FBovespa.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 07 de março de 2017.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir, aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais dessas estimativas podem apresentar variações que, no período em que forem verificadas, serão reconhecidos no resultado.

As principais estimativas e julgamentos aplicados incluem: avaliação sobre a realização das contas a receber de clientes, utilizados na determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; avaliação sobre risco de perdas em processos judiciais nos quais a Companhia seja parte ré, para fins de mensuração de provisões para passivos judiciais; mensuração da etapa de execução dos serviços prestados, mas ainda não faturados, para fins de reconhecimento das respectivas receitas; projeção de resultados futuros, utilizados nos testes de recuperabilidade dos créditos fiscais diferidos e de ativos intangíveis com vida útil indefinida; e determinação de vidas úteis econômicas do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperação nas operações. Detalhes sobre estas estimativas contábeis e julgamentos estão apresentados na Nota 3.

Notas Explicativas

2.2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com relatórios internos fornecidos para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados e apresentados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"), qual seja o Real.

2.4 Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº. 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

2.5 Classificação corrente e não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo, se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação, ou como "caixa e equivalentes de caixa", a menos que haja restrições quanto à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como "não circulantes".

Um passivo é classificado no circulante quando: se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como "não circulante". Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, são representados por depósitos bancários à vista e por aplicações financeiras em títulos de renda fixa – CDB compromissadas, remuneradas pelo CDI e mensuradas ao valor justo por meio do resultado, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa com os próprios emissores, que são instituições financeiras de primeira linha e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.7 Aplicações financeiras

Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda fixa – CDB compromissadas, remuneradas pelo CDI e mensuradas ao valor justo por meio do resultado, resgatáveis a partir de 90 dias da data da contratação.

2.8 Ativos e passivos financeiros - classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classificou todos os seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo através do resultado, recebíveis e empréstimos e financiamentos. A classificação

Notas Explicativas

depende da finalidade para a qual os ativos ou passivos financeiros foram adquiridos, sendo determinada no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação, sendo sua baixa realizada quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios.

(a) *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) *Recebíveis*

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data base do balanço, sendo estes classificados como ativos não circulantes.

Os recebíveis da Companhia compreendem o contas a receber e as outras contas a receber, sendo contabilizados no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente, amortizados, usando o método da taxa efetiva de juros.

No encerramento do exercício é avaliado se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou em um grupo de ativos financeiros e, quando identificada, uma provisão é registrada e reconhecida na demonstração do resultado.

(c) *Empréstimos e financiamentos*

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

2.9 *Impairment de ativos financeiros*

(a) *Ativos mensurados ao custo amortizado*

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro e pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

Notas Explicativas

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor originalmente desses ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.10 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

2.11 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem a valores derivados da prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. A avaliação da existência de *impairment* é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

O valor justo das contas a receber de clientes classificadas no ativo não circulante, bem como aquelas de valor relevante classificadas no circulante são registradas, inicialmente, pelo valor presente desses ativos calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Notas Explicativas

2.12 Estoques

Os estoques da Companhia compreendem materiais aplicados na prestação de serviços e são avaliados pelo custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

2.13 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para ajuste ao valor provável de realização (*impairment*), quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo possa ser mensurado com segurança. Gastos com reparos e manutenções são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear a partir da entrada em operação dos bens, considerando taxas que contemplam as respectivas vidas úteis econômicas anuais conforme demonstrado na Nota 3.5, que são revisadas e ajustadas prospectivamente, se apropriado, anualmente.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício nas rubricas “Outras despesas e/ou receitas operacionais”, no momento da alienação.

O valor de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for superior ao seu valor recuperável estimado.

2.14 Intangíveis

Os intangíveis estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e de provisão para ajuste ao valor provável de realização (*impairment*), quando aplicável.

(a) Ágio

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização, mas sim a testes anuais de recuperabilidade, conforme descrito na Nota 2.13.

Para fins de teste de recuperabilidade, o ágio é alocado à Unidade Geradora de Caixa que deve se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, no caso a CSU.CardSystem, identificada de acordo com o segmento operacional.

(b) Programas de computador (*softwares*)

As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que estejam prontos para sua utilização. Esses custos são amortizados ao longo de sua vida útil anual estimada, conforme apresentado na Nota 3.5. Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

Notas Explicativas

Os gastos com desenvolvimento diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, desenvolvidos internamente, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e despesas de terceiros diretamente relacionadas. Estes gastos e sua respectiva amortização são apresentados na rubrica Sistemas de "customização" desenvolvidos internamente.

2.15 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *ágio*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização, depreciação e demais ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros (exceto o *ágio*, pois o valor de *impairment* do *ágio* uma vez contabilizado, não poderá ser revertido), que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.16 Fornecedores

Os passivos com fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano e, caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, em função do curto giro de fornecedores, são normalmente reconhecidos pelo valor da fatura correspondente.

2.17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, reconhecidos na demonstração do resultado *pro rata temporis* como despesa financeira.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, quando então são classificados no passivo não circulante.

2.18 Arrendamento mercantil

Arrendamentos mercantis que transferem à Companhia os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são classificados como arrendamento financeiro, sendo capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, sendo depreciados ao longo da vida útil econômica dos respectivos bens. Os respectivos pagamentos são alocados parte ao passivo e parte aos encargos financeiros para que, desta forma, sejam obtidas taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo circulante e não circulante. Os encargos financeiros são reconhecidos no resultado durante o período do arrendamento.

Arrendamentos mercantis nos quais parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamento operacional e os respectivos pagamentos são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período de arrendamento.

Notas Explicativas

2.19 Provisões

As provisões são registradas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita, mensurada pelo valor presente dos gastos que serão necessários para liquidar a obrigação. Posteriormente, a atualização monetária da provisão é reconhecida como despesa financeira.

2.20 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os impostos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou na demonstração do resultado abrangente.

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base na legislação tributária vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, usando-se o método do passivo. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, quais sejam aquelas quando se espera que o respectivo imposto diferido ativo seja realizado ou quando o imposto diferido passivo seja liquidado.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os impostos de rendas diferidos ativos e passivos são compensáveis quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

2.21 Partes relacionadas

As divulgações de transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e são feitas apenas se estes termos puderem ser efetivamente comprovados. A natureza dessas transações e o registro contábil estão descritos na Nota 7.

2.22 Benefícios a empregados

A Companhia não mantém benefícios pós-emprego, rescisórios ou de longo prazo para seus empregados.

(a) Gratificação a gestores

O reconhecimento desta despesa e respectivo passivo circulante são registrados mensalmente com base em estimativas percentuais do Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA) ou do lucro líquido do exercício, o que for menor, conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

Notas Explicativas

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia opera planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido da Companhia. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de ações, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das ações outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade e permanência no emprego por um período de tempo específico). A contrapartida é registrada a crédito na rubrica "Reserva de capital".

2.23 Capital social

As ações ordinárias emitidas pela Companhia são classificadas no patrimônio líquido.

Os valores pagos pela aquisição de ações de emissão da própria Companhia incluem quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, líquidos do imposto de renda, sendo deduzido do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou alienadas.

2.24 Dividendos e juros sobre o capital próprio

As distribuições de dividendos e de juros sobre o capital próprio (JCP) para os acionistas da Companhia são reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras quando deliberados, com base nas disposições contidas no estatuto social da Companhia. Qualquer valor de dividendo acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que seja aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

O estatuto social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração poderá aprovar o crédito a seus acionistas de JCP, devendo ser imputado ao dividendo estatutário, configurando a obrigação legal. O benefício fiscal do JCP é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. Nas demonstrações financeiras, o JCP é eliminado das despesas financeiras do exercício e deduzido dos lucros acumulados em contrapartida ao passivo circulante.

2.25 Reconhecimento de receita

(a) Prestação de serviços

A receita pela prestação de serviços é reconhecida pelo regime contábil de competência, tendo como base os serviços executados até a data base do balanço, mensurados de acordo com os critérios estabelecidos contratualmente com os clientes, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente e quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. Se posteriormente surgirem circunstâncias que possam alterar os valores obtidos nas mensurações originais de receitas e custos, as mensurações iniciais serão revisadas, podendo resultar em aumento ou redução das receitas ou dos custos inicialmente registrados, as quais serão reconhecidas no resultado do exercício em que a Administração tomar conhecimento das circunstâncias que originarem a revisão. A receita é apresentada líquida dos impostos, abatimentos e descontos.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

2.26 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários não circulantes e circulantes, são ajustados ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos de realização quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas rubricas de receitas e despesas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros pela fruição do prazo.

2.27 Pronunciamentos emitidos mas que ainda não estão em vigor

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão identificadas a seguir:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Esta norma, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição do IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição do IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2018. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedges* e perdas estimadas para recuperação de ativos financeiros. A Companhia está avaliando os impactos deste pronunciamento em suas operações e pretende adotá-lo quando se tornar aplicável, no entanto, não são esperados impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes

O IASB divulgou o IFRS 15, que exige que uma entidade deve reconhecer o montante da receita, refletindo a contraprestação que esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Quando for adotada, esta norma substituirá a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente (normas IAS 11, IAS 18, IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18). Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018, podendo ser adotada de forma retrospectiva ou utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos decorrentes em suas demonstrações financeiras e divulgações e ainda não definiu o método de transição e nem determinou os efeitos em seus relatórios financeiros, mas considerando a natureza e o julgamento atualmente exercido (Nota 3.3) em sua formação de receita, não são esperados impactos significativos.

IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substituiu a “IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil”, “IFRIC 4 – Como determinar se um acordo contém arrendamento”. A IFRS 16 estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A IFRS 16 entra em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida mas não antes da adoção do IFRS 15 podendo ser adotada de forma retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. A Companhia está avaliando os efeitos decorrentes em suas demonstrações financeiras e divulgações e ainda não definiu o método de adoção e nem determinou os efeitos potenciais em seus relatórios financeiros mas espera-se que essa norma possua impacto relevante em itens como os descritos na Nota 15.1.

Notas Explicativas

Alterações na IAS 7 - Iniciativa de Divulgação

As alterações à IAS 7 – Demonstração de fluxos de caixa exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças em atividades de financiamentos, incluindo tanto as mudanças provenientes dos fluxos de caixa quanto as mudanças que não afetam caixa.

Não existem outros pronunciamentos e interpretações emitidas pelo IASB e/ou CPC ainda não vigentes que possam, na avaliação da Administração, impactar significativamente no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia.

2.28 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 2016

Alterações na IAS 1 - Iniciativa de Divulgação

As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016, sendo permitida a adoção antecipada. Estas alterações esclarecem as atuais exigências de divulgação.

IAS 34 - Elaboração e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias

Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente e esclarece que as divulgações intermediárias devem ser feitas nas demonstrações financeiras intermediárias e onde quer que sejam incluídas no relatório financeiro intermediário ou incorporadas por referência cruzada.

Não existem outros pronunciamentos e interpretações emitidas pelo IASB e/ou CPC vigentes que possam, na avaliação da Administração, impactar significativamente no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

3.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável.

3.2 Provisões para passivos judiciais

As provisões para passivos judiciais são referentes a procedimentos judiciais, de acordo com a probabilidade de perda ou ganho, sendo registradas contabilmente provisões somente para os procedimentos em que a Administração julgue como provável um resultado desfavorável à Companhia e com relação ao qual a perda seja estimada em bases razoáveis. Para os procedimentos judiciais em que o julgamento de um resultado desfavorável à Companhia seja avaliado como possível, é efetuada divulgação nas notas explicativas. Essas

Notas Explicativas

determinações são feitas pela Administração com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia, de forma que as provisões para passivos judiciais estejam adequadamente reconhecidas nas demonstrações financeiras.

3.3 Receita de prestação de serviços não faturada

As receitas da Companhia decorrem principalmente da prestação de serviços, nos termos dos contratos comerciais com os seus clientes, incluindo receitas referentes a prestação de serviços de desenvolvimento de novas funcionalidades para os sistemas operacionais utilizados por seus clientes. Enquanto não faturada, a receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente, de acordo com as condições estabelecidas nos contratos.

3.4 Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias

Os créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social diferidos, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, são reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis da Companhia nos próximos exercícios. A Administração da Companhia elabora, ao final de cada exercício, o estudo técnico suportado pela projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários em período inferior a dez anos. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

3.5 Vida útil de ativos não circulantes

Os ativos imobilizados e intangíveis, com exceção do ágio, são depreciados e amortizados com base no método linear, considerando taxas que se aproximam à vida útil econômica dos bens, anualmente revisadas e suportadas por laudo de avaliação emitido por perito independente, apresentadas a seguir:

Ativo imobilizado	Vida útil econômica (anos)	
	2016	2015
Móveis e utensílios	9	9
Instalações	15	15
Equipamentos	9	9
Veículos	6	6
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2 a 7	2 a 7
Computadores e periféricos	4	4
Ativo intangível	2016	2015
Sistemas de processamento de dados	19	19
Sistemas de customização	37	27
Sistema ERP	19	19
Software Vision Plus	37	27
Cessão de direitos de uso de software	10	10
Outros	5	5

Notas Explicativas

O aumento de dez anos na vida útil estimada para os ativos intangíveis dos grupos de Sistemas de customização e *Software* Vision Plus, em relação às praticadas até 31 de dezembro de 2015, é prospectivo e decorrente de revisão suportada por laudo de perito independente que demonstra que a vida remanescente desses itens é de dezoito anos, cujo efeito estimado na redução anual média no custo com amortização é na ordem de R\$ 6.972 para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2017.

3.6 Ágio em investimento

O valor do ágio (Nota 9.3) é testado anualmente para verificação de *impairment*. A Administração realiza julgamentos e premissas para avaliar o impacto das mudanças econômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável do ativo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos bancários à vista		
Bancos - moeda nacional	1.073	755
	<u>1.073</u>	<u>755</u>
Títulos em renda fixa – CDB compromissadas	17.652	17.959
	<u>17.652</u>	<u>17.959</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>18.725</u>	<u>18.714</u>

5 Contas a receber de clientes – circulante e não circulante

O saldo a receber de clientes corresponde, basicamente, ao faturamento dos serviços prestados, cujo recebimento ocorre substancialmente no mês subsequente, bem como a apropriação proporcional da receita pelos serviços prestados até o final do mês de competência e que serão faturados conforme definido nas cláusulas comerciais dos respectivos contratos.

5.1 Composição do contas a receber de clientes

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante		
Contas a receber - Faturado	13.907	9.100
Contas a receber – Não-Faturado	39.873	42.081
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(685)</u>	<u>(618)</u>
	<u>53.095</u>	<u>50.563</u>

A Companhia mantém registrado e integralmente provisionado, na data do balanço, no ativo não circulante, o valor de R\$ 11.052 (31/12/2015 - R\$ 11.052), referente a valor devido pela Caixa Econômica Federal – CAIXA, decorrente da prestação de serviços objeto da primeira fase do contrato firmado com a CAIXA em 2005, atualmente em cobrança na esfera judicial conforme descrito na Nota 9.2, bem como o valor de R\$ 2.152 (31/12/2015 – R\$ 2.152) referente ao Banco Prosper.

Notas Explicativas

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado do exercício na rubrica "Outras despesas operacionais".

5.2 Composição por idade de vencimento

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Em aberto		
Em até um mês	49.760	48.326
Em atraso		
Em até um mês	502	2.093
De um a dois meses	1.899	24
De dois a três meses	63	14
De três a quatro meses	203	113
Acima de quatro meses	15.930	15.328
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.262)	(15.335)
	<u>3.335</u>	<u>2.237</u>
	<u>53.095</u>	<u>50.563</u>

5.3 Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Em 1º de janeiro	(15.335)	(15.243)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(70)	(92)
Valores não usados, estornados	143	
Em 31 de dezembro	<u>(15.262)</u>	<u>(15.335)</u>
Ativo circulante	(685)	(618)
Ativo não circulante	(14.577)	(14.717)

6 Estoques

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Cartões	1.187	1.399
Materiais adicionais	250	316
Outros	28	44
	<u>1.465</u>	<u>1.759</u>

Notas Explicativas

7 Partes relacionadas

7.1 As transações com partes relacionadas resumem-se a doações realizadas ao Instituto CSU, registradas como despesa, para manutenção das suas atividades de capacitação de profissionais para o mercado de trabalho promovendo sua inclusão social por meio de cursos gratuitos de informática.

<u>Empresa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Instituto CSU	126	116

7.2 Remuneração aos administradores

O valor-limite global anual de remuneração por serviços prestados pelo pessoal-chave da Administração, que inclui os Conselheiros de Administração e diretores estatutários, foi fixado para o exercício de 2016 em R\$ 6.474 (31/12/2015 - R\$ 5.026), aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2016.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Honorários	4.499	3.944
Pagamento baseado em ações		8
Gratificações e benefícios indiretos (i)	<u>1.936</u>	<u>677</u>
	<u>6.435</u>	<u>4.629</u>

(i) Incluem pagamento de bônus provisionado no exercício de 2015 e determinados e pagos no exercício de 2016.

Notas Explicativas

8 Imobilizado

	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Computadores e periféricos	Total
Em 1º de janeiro de 2015	3.520	6.894	12.428	2.193	10.959	4.976	40.970
Aquisição	344	219	3.877	567	885	1.437	7.329
Alienação e baixa	(73)	(1)	(52)	(21)		(122)	(269)
Depreciação	(813)	(1.016)	(2.278)	(557)	(2.094)	(2.074)	(8.832)
Em 31 de dezembro de 2015	2.978	6.096	13.975	2.182	9.750	4.217	39.198
Em 31 de dezembro de 2015							
Custo total	18.664	17.262	25.486	4.828	26.373	47.712	140.325
Depreciação acumulada	(15.686)	(11.166)	(11.511)	(2.646)	(16.623)	(43.495)	(101.127)
Saldo contábil, líquido	2.978	6.096	13.975	2.182	9.750	4.217	39.198
Em 1º de janeiro de 2016	2.978	6.096	13.975	2.182	9.750	4.217	39.198
Aquisição	230	216	6.555	906	198	914	9.019
Alienação e baixa			4	(151)		(2)	(149)
Depreciação	(765)	(1.025)	(2.707)	(553)	(2.221)	(1.723)	(8.994)
Em 31 de dezembro de 2016	2.443	5.287	17.827	2.384	7.727	3.406	39.074
Em 31 de dezembro de 2016							
Custo total	18.893	17.478	32.045	5.410	26.569	48.587	148.982
Depreciação acumulada	(16.450)	(12.191)	(14.218)	(3.026)	(18.842)	(45.181)	(109.908)
Saldo contábil, líquido	2.443	5.287	17.827	2.384	7.727	3.406	39.074

Notas Explicativas

A depreciação no exercício de 2016, alocada ao custo dos serviços prestados totaliza R\$ 7.163 (2015 – R\$ 7.324), a despesas operacionais R\$ 1.831 (2015 - R\$ 1.508).

Das aquisições no exercício de 2016, o montante de R\$ 5.744 (2015 - R\$ 4.001) foi efetivado através de arrendamento financeiro.

Os bens adquiridos por meio de arrendamentos financeiros, dados em garantia dessas operações, montam, no exercício de 2016, o valor residual de R\$ 12.068 (2015 - R\$ 16.280).

Notas Explicativas**9 Intangível**

	Sistemas de processamento de dados				Sistemas de "customização" desenvolvidos internamente		Sistema ERP		Software Vision Plus		Cessão de direitos de uso de software		Software Card 24		Vida útil definida		Vida útil indefinida	
	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de "customização" desenvolvidos internamente	Sistema ERP	Software Vision Plus	Software de uso de software	Software Card 24	Outros	Ágios	Total									
Em 1º de janeiro de 2015	258	77.884	1.640	13.166	32.409	4.140	17	25.895	155.409									
Aquisição	156	12.888	6	6.637	10.782				30.469									
Alienação e baixa	(30)	(243)	(127)	(3.533)	(7.564)	(252)	(10)		(259)									
Amortização	384	(8.737)	1.519	16.270	35.611	3.888	7	25.895	(20.253)									
Em 31 de dezembro de 2015	384	81.792	1.519	16.270	35.611	3.888	7	25.895	165.366									
Em 31 de dezembro de 2015																		
Custo total	9.470	151.552	2.514	48.620	115.410	4.142	3.143	36.845	371.696									
Amortização acumulada	(9.086)	(69.760)	(995)	(32.350)	(79.799)	(254)	(3.136)	(10.950)	(206.330)									
Saldo contábil, líquido	384	81.792	1.519	16.270	35.611	3.888	7	25.895	165.366									
Em 1º de janeiro de 2016	384	81.792	1.519	16.270	35.611	3.888	7	25.895	165.366									
Aquisição	12	15.825	55	27.638	10.717				54.247									
Alienação e baixa	(36)	(54)	(128)	850	(850)				(54)									
Amortização	360	(10.052)	1.446	(5.391)	(7.880)	(435)	(7)		(23.929)									
Em 31 de dezembro de 2016	360	87.511	1.446	39.367	37.598	3.453	-	25.895	195.630									
Em 31 de dezembro de 2016																		
Custo total	9.479	167.317	2.569	77.460	124.929	4.142	3.143	36.845	425.884									
Amortização acumulada	(9.119)	(79.806)	(1.123)	(38.093)	(87.331)	(689)	(3.143)	(10.950)	(230.254)									
Saldo contábil, líquido	360	87.511	1.446	39.367	37.598	3.453	-	25.895	195.630									

Notas Explicativas

A amortização no exercício de 2016, alocada ao custo dos serviços prestados monta a R\$ 22.027 (2015 - R\$ 19.010), a despesas operacionais R\$ 1.902 (2015 - R\$ 1.243).

Não ocorreram aquisições de intangíveis através de arrendamento financeiro no exercício de 2016. (2015 - R\$ 252).

9.1 Sistemas de "customização"

Na rubrica "Sistemas de customização", são registrados os gastos incorridos na customização dos sistemas (substancialmente os sistemas Vision Plus e Card 24 - a seguir) utilizados na prestação de serviços aos clientes.

9.2 Software Card 24 - Projeto Caixa Econômica Federal

Trata-se de contrato firmado em maio de 2005 entre a Companhia e a Caixa Econômica Federal - CAIXA, compreendendo duas fases, sendo a primeira a implementação de solução integrada de processamento de cartões no ambiente tecnológico da CAIXA e, a segunda, a prestação de serviços de processamento de cartões, por meio dessa solução, por um período de 24 meses.

A Companhia cumpriu a primeira fase dentro das condições contratuais e tratativas realizadas com a CAIXA, porém não reconhecida por esta. Após tentativas de entendimentos entre as partes, sem sucesso, a Companhia ingressou com medidas judiciais no ano de 2007 e, a CAIXA, em 2008, rescindiu de forma administrativa o contrato.

Em agosto de 2007, a Companhia propôs Medida Cautelar de Produção Antecipada de Provas, objetivando comprovar os serviços prestados referentes à primeira fase e resguardar a possibilidade de cobrança dos valores que lhe são devidos, tendo, em dezembro de 2007 proposto ação ordinária pleiteando o ressarcimento e indenizações pelos danos causados à Companhia, pelo não reconhecimento pela CAIXA da conclusão da primeira fase do serviço. A CAIXA também pleiteia ações indenizatórias contra a Companhia, as quais se encontram suspensas até o julgamento final da ação ordinária proposta pela CSU.

A Medida Cautelar acima citada foi deferida em 2009, e somente em novembro de 2013 a perícia judicial e os esclarecimentos do perito foram finalizados, de maneira inconclusiva, o que motivou a interposição pela CSU de recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal, visando a realização de uma perícia complementar, a qual aguarda julgamento.

Em maio de 2014 foi julgada parcialmente procedente a ação ordinária proposta pela CSU para condenar a CAIXA ao pagamento dos serviços extraordinários executados pela CSU. As partes interpuseram Recurso de Apelação ao Tribunal Regional Federal visando a reforma da decisão.

A Administração, com base na opinião de seus assessores legais, entende que o desfecho dessas ações judiciais será favorável à Companhia.

A seguir resumiremos os saldos de 2016 e 2015, relacionados ao Projeto CAIXA:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Intangível - sistemas de customização	14.567	14.567
Intangível - <i>software</i> Card 24	4.140	4.140
(-) Amortização	<u>(3.114)</u>	<u>(1.211)</u>
Total	<u>15.593</u>	<u>17.496</u>

9.3 Ágios

O ágio na aquisição de investimentos refere-se ao resultado das incorporações dos acervos líquidos da Global Investments do Brasil Participações Ltda., da MarketSystem Ltda. e da Rail Sul S.A., amortizados até o final do exercício de 2008, conforme permitido pelas práticas contábeis vigentes até então, sendo testado anualmente pela Administração a partir de janeiro de 2009, para fins de avaliação de sua recuperabilidade.

Os testes de recuperabilidade dos saldos dos ativos com vida útil indefinida foram efetuados no final dos exercícios de 2016 e 2015 considerando sua recuperação pelo valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa, com base em projeções de crescimento contidas no plano de negócios da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração.

Notas Explicativas

As taxas de crescimento e taxas de descontos que foram utilizadas nas projeções são compatíveis com as taxas de mercado em que a Companhia atua, determinadas num intervalo entre 15,1% ao ano e 15,5% ao ano (2015 - 14,6% ao ano e 17,1% ao ano). Os resultados dos testes não indicaram perda de valor a ser reconhecida em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

As taxas de crescimento e desconto utilizadas nesses testes resultam de estimativas de mercado que, dessa forma, estão sujeitas a sensibilidade e mudança nas premissas.

As implicações das principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir:

- a) **Premissas de taxa de crescimento:** A Administração reconhece que possíveis alterações nos cenários de mercado relacionados aos negócios das duas unidades geradoras de caixa CSU.CardSystem e CSU.Contact causam impacto significativo nas premissas de taxas de crescimento de longo prazo. A taxa de crescimento da perpetuidade utilizada para calcular o valor de uso dos ativos foi de 2,3%. Uma diminuição de 50% na taxa de crescimento utilizada não resultou em perda por desvalorização.
- b) **Taxas de desconto:** Qualquer alteração na avaliação dos riscos nos atuais mercados, específicos a cada unidade geradora de caixa, pode alterar as taxas de descontos utilizadas para calcular o valor de uso dos ativos. Um aumento na taxa de desconto de 20% utilizada para ambas as unidades geradoras de caixa, não resultou em perda por desvalorização.

10 Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	14.987	19.903
Arrendamento mercantil financeiro	<u>9.097</u>	<u>8.343</u>
	<u>24.084</u>	<u>28.246</u>
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	27.519	26.997
Arrendamento mercantil financeiro	<u>12.121</u>	<u>11.533</u>
	<u>39.640</u>	<u>38.530</u>
	<u><u>63.724</u></u>	<u><u>66.776</u></u>

Operações indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com *spread* de 1,33% a 4,76% ao ano (31/12/2015 - 1,78% a 3,04% ao ano). O vencimento final de contratos de empréstimos e financiamentos firmados até 31 de dezembro de 2016, ocorrerá até 31 de outubro de 2021.

Para os contratos de arrendamento mercantil existentes em 2016, a liquidação é estimada para até 31 de agosto de 2021.

10.1 Composição do saldo do passivo não circulante, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
2017		17.938
2018	14.488	9.341
2019	13.370	8.009
2020	8.375	3.242
2021	<u>3.407</u>	
	<u><u>39.640</u></u>	<u><u>38.530</u></u>

Notas Explicativas

Os empréstimos e financiamentos são garantidos por notas promissórias que variam entre 100% e 120% do valor dos contratos. Os contratos de arrendamento mercantil são garantidos por notas promissórias que variam entre 100% e 120% do valor dos contratos ou pelos próprios bens objeto dos contratos, conforme apresentado na Nota 8.

As obrigações pelos contratos de arrendamento mercantil possuem prazo de pagamento que varia entre 36 e 60 meses e estão registrados pelo seu valor presente. Os encargos financeiros, que se referem substancialmente à variação do CDI, são registrados na demonstração do resultado durante o prazo do arrendamento.

Para dois contratos de financiamento, com saldo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 30.673 (31/12/2015 - três contratos, com saldo no montante de R\$ 2.717), a Companhia está sujeita a manutenção de índice de dívida líquida dividida pelo EBITDA (LAJIDA) pelo menos 3,1 vezes menor, de endividamento no Sistema BACEN limitado a R\$ 180.000 e de índice de EBITDA (LAJIDA) dividido pela despesa financeira pelo menos 1,9 vez maior, que, caso não cumpridos, podem ensejar em liquidação antecipada da dívida. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia encontrava-se adimplente em relação a esses *covenants*.

11 Obrigações sociais e trabalhistas

Os saldos de obrigações sociais e trabalhistas são compostos como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários a pagar	5.616	4.915
Encargos sociais	4.877	4.376
Provisão de férias	17.338	18.175
Provisão para gratificação a gestores	3.046	2.212
Outros	<u>1.956</u>	<u>1.805</u>
	<u><u>32.833</u></u>	<u><u>31.483</u></u>

Notas Explicativas**12 Tributos a compensar e a recolher**

Os saldos de impostos e contribuições sociais a compensar e a recolher são compostos como segue:

	A compensar		A recolher	
	2016	2015	2016	2015
Circulante				
Imposto de renda	11.620	4.114		
Contribuição social	6.205	2.255		
	<u>17.825</u>	<u>6.369</u>		
Demais tributos				
IR, PIS, COFINS e CSLL sobre serviços de terceiros			1.892	1.077
PIS e COFINS	933	888	1.336	1.226
ISS	1.058	1.047	1.904	1.332
Outros	182	16	79	91
	<u>2.173</u>	<u>1.951</u>	<u>5.211</u>	<u>3.726</u>
	<u>19.998</u>	<u>8.320</u>	<u>5.211</u>	<u>3.726</u>
Não circulante				
ISSQN			335	335
Impostos a compensar (i)	3.249			
	<u>3.249</u>		<u>335</u>	<u>335</u>

- (i) Em 2010, a Companhia ingressou com ações judiciais contra a União Federal visando afastar a incidência das Contribuições Sociais sobre o Aviso Prévio Indenizado, Terço Constitucional de Férias e os Primeiros Quinze Dias do Auxílio Doença, pagos aos seus colaboradores em folha, por considerar que tais verbas teriam caráter indenizatório. Em 2014, o Superior Tribunal de Justiça julgou em sede de repercussão geral que, tais verbas possuem caráter indenizatório, logo, não sujeitas à incidência dos tributos incidentes às verbas remuneratórias. A Administração, com base na opinião de seus assessores legais, entende que são ativos com realização praticamente certa, haja vista a jurisprudência consolidada sobre o tema nos Tribunais Superiores.

Notas Explicativas**13 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

13.1 Composição do saldo e movimentação:

	2016	2015	Debitado (creditado)	
			2016	2015
Créditos fiscais diferidos				
Prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulado no período (i)	4.139		(4.139)	354
Diferenças temporárias				
Provisão para contingências (i)	6.982	23.520	16.538	(2.737)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.098	4.079	(19)	(31)
Outras provisões	2.117	2.016	(101)	(349)
Plano de opções de ações	182	150	(32)	(6)
	<u>17.518</u>	<u>29.765</u>	<u>12.247</u>	<u>(2.769)</u>
Débitos fiscais diferidos				
Amortização de ágio	(8.805)	(8.769)	36	1.252
Arrendamento financeiro	(11.597)	(11.753)	(156)	487
	<u>(20.402)</u>	<u>(20.522)</u>	<u>(120)</u>	<u>1.739</u>
	<u>(2.884)</u>	<u>9.243</u>	<u>12.127</u>	<u>(1.030)</u>

- (i) Os prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados no exercício referem à baixa da contingência relacionada ao processo da COFINS de que trata a Nota 14.1.

13.2 Período estimado de realização dos créditos fiscais diferidos:

A expectativa da Administração da Companhia é que os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e sobre as diferenças temporárias, no montante de R\$ 17.518, são realizáveis através da geração dos resultados tributáveis projetados para os próximos 4 (quatro) anos, de acordo com o cronograma apresentado a seguir:

Ano

2017	6.293
2018	2.003
2019	7.544
2020	1.678
	<u>17.518</u>

Notas Explicativas**13.3 Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>47.034</u>	<u>25.194</u>
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas vigentes na legislação (25% e 9%, respectivamente)	(15.992)	(8.566)
Ajuste para cálculo pela alíquota efetiva		
Despesas não dedutíveis (incluindo doações)	(528)	(343)
Adicional de 10% da base de IRPJ		24
Incentivo fiscal – Programa de alimentação do trabalhador		133
Incentivo fiscal – OSCIP	41	44
Incentivo fiscal – Lei Rouanet		130
Juros sobre capital próprio	4.352	2.380
Exclusões permanentes		<u>14</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(12.127)</u>	<u>(6.184)</u>
Corrente		(7.214)
Diferido	<u>(12.127)</u>	<u>1.030</u>
	<u>(12.127)</u>	<u>(6.184)</u>
Alíquota efetiva - %	<u>25,8%</u>	<u>24,5%</u>

14 Passivos e depósitos judiciais

14.1 Os passivos judiciais da Companhia, classificados com chance de perda provável, são apresentados como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Tributários (i)	2.592	55.528
Trabalhistas (ii)	8.335	10.701
Reclamações cíveis	<u>170</u>	<u>149</u>
	<u>11.097</u>	<u>66.378</u>

(i) No dia 29 de abril de 2016, a Companhia requereu a conversão em renda em favor da União dos valores depositados em juízo como pagamento dos débitos de COFINS, relativos ao período de fevereiro/2004 a abril/2015. A conversão dos valores depositados em juízo em renda da União não prejudica o regular prosseguimento da discussão judicial, nem equivale ao reconhecimento da improcedência do processo em curso. Com base nos resultados favoráveis ao seu pleito, a Companhia reconheceu a conversão do depósito judicial como renda da União e realizou a baixa da provisão para contingência fiscal e seus reflexos na apuração do imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 54.587.

Notas Explicativas

(ii) Em agosto de 2015 o Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu que o índice a ser utilizado para atualização de processos trabalhistas deveria ser o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ao invés da Taxa Referencial (TR) para processos a partir de setembro de 2009. Em outubro de 2015, em decisão liminar o Superior Tribunal Federal (STF) suspendeu os efeitos dessa decisão o que ocasionou o retorno da TR como índice oficial para atualização dos processos judiciais trabalhistas conforme determina o artigo 39 da Lei 8.177/91. A Companhia manteve a TR como índice de atualização do passivo judicial trabalhista, pois seus assessores jurídicos entendem que o desfecho será pela sua manutenção, fato este já sinalizado por decisões favoráveis à TR, ainda que em caráter liminar, pelo STF.

14.2 Os valores apresentados abaixo correspondem ao saldo de depósitos judiciais, relacionados ou não a passivos de processos judiciais provisionados, classificados no ativo não circulante:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Tributários	2.276	56.109
Trabalhistas	15.520	19.003
Reclamações cíveis		<u>26</u>
	<u>17.796</u>	<u>75.138</u>

14.3 A movimentação do passivo judicial (não circulante) é demonstrada a seguir:

	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Em 01 de janeiro de 2015	52.821	9.199	135	62.155
Adições	1.299	6.734	4	8.037
Pagamentos	(1.263)	(5.524)	(4)	(6.791)
Reversões	(1.598)	(713)		(2.311)
Atualização monetária	<u>4.269</u>	<u>1.005</u>	<u>14</u>	<u>5.288</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>55.528</u>	<u>10.701</u>	<u>149</u>	<u>66.378</u>
Em 01 de janeiro de 2016	55.528	10.701	149	66.378
Adições		5.013	14	5.027
Pagamentos	(54.587)	(6.291)	(3)	(60.881)
Reversões		(2.159)		(2.159)
Atualização monetária	<u>1.651</u>	<u>1.071</u>	<u>10</u>	<u>2.732</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>2.592</u>	<u>8.335</u>	<u>170</u>	<u>11.097</u>

14.4 Perdas judiciais possíveis

A Companhia é parte em ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Tributárias	2.016	2.054
Trabalhistas	41.424	35.580
Reclamações cíveis	<u>38</u>	<u>42</u>
	<u>43.478</u>	<u>37.676</u>

Notas Explicativas

Em 2013, a Companhia ingressou com uma ação ordinária contra a União Federal questionando judicialmente a contribuição previdenciária destinada a financiar o Seguro Acidente do Trabalho (“SAT”) e o Risco Acidente do Trabalho (“RAT”), relativos a alguns de seus estabelecimentos. A ação visa adequar o Fator Acidentário de Prevenção (“FAP”) ao grau de risco dos seus estabelecimentos. Atualmente o processo aguarda sentença.

Em 2014, a Companhia ingressou com outra ação ordinária contra a União Federal questionando judicialmente a contribuição do SAT e o RAT, quanto a majoração da alíquota de 2% para 3% nas atividades de “teleatendimento”, instituída pelo Decreto nº. 6.042/2007, e a majoração de 1% para 2% nas atividades de “consultoria”, instituída pelo Decreto nº 6.957/2009. Atualmente o processo aguarda julgamento do Recurso de Apelação, interposto pela Companhia visando reverter sentença improcedente, proferida em primeira instância.

A Administração, com base na opinião de seus assessores legais, entende que o desfecho dessa ação judicial tem probabilidade de perda possível. Devido ao fato do FAP ser um índice determinado e divulgado pela autoridade fiscal, com base nos dados particulares de cada empresa e também em dados relativos a outras empresas do mesmo setor econômico, a Administração não tem condições de estimar o valor deste índice e, assim, do valor envolvido nesta discussão judicial.

15 Compromissos

Para viabilizar suas atividades, a Companhia celebrou contratos de aluguel e de fianças bancárias, agrupados e caracterizados conforme segue:

15.1 Contratos de aluguel:

Os contratos de aluguel de imóveis vigentes possuem prazos remanescentes de até cinco anos, reajustáveis anualmente e com cláusula de renovação. Os pagamentos anuais futuros estimados são os seguintes:

<u>Ano</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
2016		21.270
2017	19.907	20.668
2018	15.324	15.692
2019	6.801	6.271
2020	1.163	
2021	1.221	
	<u>44.416</u>	<u>63.901</u>

15.2 Fianças bancárias:

Com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias, garantidas por instituições financeiras de primeira linha, apresentam as seguintes composições:

<u>Modalidade</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fianças bancárias garantindo		
Contratos de aluguel	19.592	18.874
Processos judiciais	11.016	17.992
Contratos de prestação de serviços	7.473	15.358
	<u>38.081</u>	<u>52.224</u>

Notas Explicativas

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital

Em 31 de dezembro de 2016, o capital subscrito e totalmente integralizado é composto por 41.800.000 (2015 – 41.800.000) ações ordinárias, sem valor nominal.

16.2 Ações em tesouraria

	Quantidade de ações			Saldo em tesouraria
	Autorizadas a adquirir	Adquiridas	Canceladas	
Saldo de programas anteriores				553.208
Programas em vigência em durante exercício de 2016:				
de 11/03/2015 a 11/03/2016 (encerrado em 08/03/2016)	1.000.000	-		-
de 08/03/2016 a 08/03/2017 (em andamento)	1.000.000	-		-
Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações - ações entregues				(19.231)
Saldo em 31 de dezembro de 2016				<u>533.977</u>

Na reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 08 de março de 2016, dentre outros, foram aprovados os seguintes assuntos:

- (i) O programa de ações vigente até 11 de março de 2016 foi encerrado sem que houvesse aquisição das 1.000.000 de ações autorizadas para recompra;
- (ii) Foi autorizado um novo programa, o 13º Programa de Recompra de Ações ordinárias, nominativas e de emissão da própria Companhia, sem redução do capital social, para capturar um potencial de criação de valor, em razão do atual valor de cotação das ações da companhia na BM&FBovespa, com manutenção em tesouraria e posterior alienação, cancelamento ou para lastrear programas de remuneração variável baseado em outorga de ações, podendo ser adquiridas até 1.000.000 de ações, correspondente a 6,72% das ações em circulação pelo prazo de 365 dias a partir de 09 de março de 2016.

Com base no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, o valor-limite para manutenção de ações em tesouraria soma R\$ 57.691 (2015 - R\$ 37.329).

Em 31 de dezembro de 2016, o valor de mercado das ações mantidas em tesouraria, calculado com base na última cotação em Bolsa anterior à data do balanço é de R\$ 2.616 (2015 - R\$ 1.649).

17 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 27 de abril de 2016, foi referendada a aprovação do Conselho de Administração, em reunião realizada em 28 de dezembro de 2015, do crédito aos acionistas de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), no valor bruto de R\$ 7.000, cujo pagamento foi disponibilizado aos acionistas em 24 de maio de 2016.

Notas Explicativas

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de dezembro de 2016 foi aprovado o crédito aos acionistas de JCP, no valor bruto de R\$ 12.800. De acordo com o artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, o JCP será imputado ao dividendo estatutário, configurando a obrigação legal, com pagamento a ser efetuado até 30 de janeiro de 2017.

A proposta da Administração para destinação do lucro líquido do exercício, a ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária a ocorrer em abril de 2017, é a seguinte:

Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016	34.907
Destinação	
Reserva legal - 5%	1.745
Reserva de retenção de lucros	19.199
Dividendos propostos – 38,6% - via JCP já aprovado	12.800
Dividendo adicionais propostos – 3,33%	1.163
	<u>34.907</u>

18 Gestão de riscos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estão descritos a seguir:

18.1 Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, outros ativos circulantes e contas a pagar.

18.2 Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

18.3 Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente, em adição a uma política de negociação ativa de limites operacionais disponíveis junto a instituições financeiras de pelo menos 1,2 vez o faturamento mensal médio.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por ano de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados são os fluxos de caixa não descontados contratados, por isso podem não ser consistentes com os saldos apresentados no balanço patrimonial e/ou respectivas notas explicativas.

	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>
Fornecedores	28.017				
Empréstimos e financiamentos	16.920	9.333	9.511	6.234	2.657
Arrendamento mercantil	10.756	7.285	5.407	2.050	344

Notas Explicativas

18.4 Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas atividades. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros, que podem afetar adversamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou o fluxo de caixa futuro, bem como os resultados da Companhia. O risco de mercado é a perda potencial decorrente de mudanças adversas nas taxas de juros e nos preços de mercado.

18.5 Risco com taxa de juros

A exposição da Companhia a riscos das taxas de juros está relacionada principalmente à variação do CDI sobre as aplicações em títulos de renda fixa, aos seus empréstimos e aos financiamentos e contratos de arrendamento mercantil. As taxas de juros e vencimentos sobre esses contratos estão apresentadas na Nota 10. O risco de volatilidade dos juros está basicamente atrelado à variação do CDI.

18.6 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice, apresentado no quadro a seguir, corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e arrendamento mercantil (incluindo circulante e não circulante), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, enquanto o capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Empréstimos e Financiamentos e Arrendamento mercantil financeiro	63.724	67.411
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(18.725)</u>	<u>(18.714)</u>
Dívida líquida	44.999	48.697
Capital Total	<u>238.429</u>	<u>219.873</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>0,19</u>	<u>0,22</u>

18.7 Derivativos

Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

18.8 Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O risco associado às transações relevantes mantidas pela Companhia está ligado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sobre as aplicações em títulos de renda fixa, classificados como valor justo por meio do resultado, aos seus empréstimos e aos financiamentos e contratos de arrendamento mercantil, classificados como passivos financeiros pelo custo amortizado, todos com *spreads* pré-fixados. Os valores justos se aproximam dos seus valores contábeis.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos saldos dos itens financeiros acima, ao qual a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2016, foram definidos três cenários diferentes: (a) cenário provável - considerando a projeção da taxa média anual do CDI para os próximos 12 meses; (b) cenário II - com apreciação de 25% sobre o cenário provável; e (c) cenário III - com apreciação de 50% sobre o cenário provável. Para os saldos de aplicações em títulos de renda fixa, os cenários II e III consideram depreciação das taxas.

Notas Explicativas

Para verificação da sensibilidade para cada cenário foram calculadas as respectivas remunerações brutas, de receita ou despesa financeira para esses ativos e passivos financeiros, respectivamente, para os próximos doze meses, apresentados a seguir:

	Ativos (passivos) financeiros		Risco	Receitas (despesas) financeiras		
	2016	2015		Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Títulos em renda fixa - CDB Compromissadas	17.652	17.959	CDI	861 9,50%	656 7,13%	445 4,75%
Arrendamento mercantil financeiro	(21.218)	(19.876)	CDI	(3.191) 9,50%	(3.512) 11,88%	(3.822) 14,25%
Empréstimos e financiamentos	(42.506)	(46.900)	CDI	(4.682) 9,50%	(5.371) 11,88%	(6.034) 14,25%

19 Remuneração com base em ações

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 2 de abril de 2007 foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações, sendo criados dois programas em 2007 e 2008, e atribuída ao Conselho de Administração a gestão do referido plano. Esses planos foram encerrados em 2015, sem nenhum exercício das opções.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de maio de 2015, foi aprovada a criação de um Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações, aprovado pela CVM em 20 de julho de 2015, com objetivo de transferir a titularidade das ações disponíveis em tesouraria (30/09/2016 – 533.977) de forma não remunerada, isto é, sem opção de compra, obedecendo os prazos de 24 a 36 meses a partir da data de outorga e demais condições estabelecidas no programa.

Até a data de 31 de dezembro de 2016, foram outorgadas 68.460 ações a 3 funcionários da Companhia. Ainda nesse programa foram concedidas 19.231 ações retiradas das ações em tesouraria, conforme Nota 16.2.

Foi reconhecido o montante de R\$ 92 (2015 - R\$ 20) como despesa no exercício de 2016, referente a todos os programas.

20 Seguros

A Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros na data dos balanços:

Ramos	Importâncias seguradas	
	2016	2015
Seguro abrangente empresarial	189.873	189.581
Seguro judicial	3.960	4.153
Responsabilidade civil	76.150	78.084
Seguro de veículos	3.541	3.081
	<u>273.524</u>	<u>274.899</u>

Notas Explicativas**21 Receita líquida**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita bruta de prestação de serviços	514.925	503.530
Deduções da receita bruta		
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	(9.731)	(9.785)
Programa de Integração Social (PIS) e COFINS	(24.153)	(22.216)
Contribuição Previdenciária Patronal	<u>(15.216)</u>	<u>(7.959)</u>
Receita líquida de prestação de serviços	<u><u>465.825</u></u>	<u><u>463.570</u></u>

Em abril de 2012, iniciou para a Companhia a vigência da Lei nº 12.546/11 que, dentre outras providências, alterou temporariamente, no período de abril de 2012 até dezembro de 2014, passando para um regime definitivo a partir de janeiro de 2015, a sistemática de recolhimento da contribuição previdenciária patronal para determinados setores da economia. A Companhia é alcançada por este dispositivo por prestar serviços de tecnologia da informação (TI), de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de *call center*, além de outras atividades não abrangidas.

Nos termos da referida legislação, considerando as alterações, inclusões e regulamentação posteriores, a Companhia deixou de recolher a contribuição calculada à alíquota de 20% sobre a folha de pagamento, passando a recolher o montante correspondente ao somatório de: 1) 2,5% até julho de 2012, 2% de agosto de 2012 a novembro de 2015 e 3% nas operações de *call center* e 4,5% nas operações de TI e TIC a partir de dezembro de 2015, sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, relativos às atividades de TI, TIC e *call center*; e 2) 20% sobre a folha de pagamento, reduzindo-se o valor apurado ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas aos serviços de TI, TIC e *call center* e a receita bruta total.

Tendo em vista essa nova sistemática de apuração introduzida no exercício de 2012, a Companhia classificou a parcela da contribuição que passou a ser calculada com base na receita bruta como uma dedução da mesma.

Notas Explicativas**22 Custo dos serviços prestados, despesas com vendas, gerais e administrativas**

	Custo dos serviços prestados		Despesas com vendas, gerais e administrativas	
	2016	2015	2016	2015
Mão de obra e encargos sociais	181.774	182.908	35.522	30.408
Consumo de cartões	7.527	6.617		
Consumo e entrega de prêmios	21.056	41.766		
Materiais operacionais	7.326	4.945	791	915
Expedição	32.642	37.305	196	175
Comunicação	8.676	7.393	334	510
Serviços contratados	4.594	4.061	7.617	6.741
Manutenção de equipamentos/móveis	5.101	4.132	411	251
Aluguel e manutenção de <i>software</i>	7.860	6.860	1.222	834
Depreciação e amortização	29.190	26.334	3.733	2.751
Ocupação	35.654	35.261	5.154	5.276
Propaganda/relacionamento			4.048	4.081
Despesas judiciais	(67)	6	2.590	8.109
Multas moratórias	2	1	1.735	1.404
Outros	2.718	2.557	3.505	1.864
	344.053	360.146	66.858	63.319

23 Resultado financeiro

	2016	2015
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	1.192	911
Variação monetária ativa	3.856	3.921
Juros e multa moratória ativa	347	442
	5.395	5.274
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	(10.194)	(12.460)
IOF	(562)	(617)
Variação monetária passiva	(3.735)	(5.342)
Despesas bancárias	(1.455)	(1.582)
Juros e multa moratória passiva	(125)	(162)
Outros	(269)	(673)
	(16.340)	(20.836)
	(10.945)	(15.562)

Notas Explicativas

24 Resultado por ação

(a) Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 16.2).

(b) Diluído

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as opções para compra de ações não impactaram o cálculo do resultado diluído, uma vez que os preços de exercícios para a compra das opções são superiores ao preço de mercado das ações da Companhia naquela data.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Numerador		
Lucro líquido atribuível às ações ordinárias	34.907	19.010
Denominador (em milhares de ações)		
Número médio ponderado de ações ordinárias (excluídas as ações em tesouraria)	<u>41.256</u>	<u>41.247</u>
Resultado básico e resultado diluído por ação, em Reais	<u><u>0,8461</u></u>	<u><u>0,4609</u></u>

25 Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração. As informações de ativos e passivos por segmento não são fornecidas regularmente para a Administração. O resumo com as informações por segmento da Companhia, segregadas entre **CSU.CardSystem** e **CSU.Contact**, está demonstrado a seguir:

	<u>CSU.CardSystem</u>		<u>CSU.Contact</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita bruta de prestação de serviços	286.292	272.855	228.633	230.675
Deduções da receita bruta	<u>(29.779)</u>	<u>(22.735)</u>	<u>(19.321)</u>	<u>(17.225)</u>
Receita líquida de prestação de serviços	256.513	250.120	209.312	213.450
Custo dos serviços prestados	<u>(159.534)</u>	<u>(170.917)</u>	<u>(184.519)</u>	<u>(189.229)</u>
Lucro bruto	96.979	79.203	24.793	24.221
Despesas operacionais	<u>(36.617)</u>	<u>(36.992)</u>	<u>(27.176)</u>	<u>(25.676)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u><u>60.362</u></u>	<u><u>42.211</u></u>	<u><u>(2.383)</u></u>	<u><u>(1.455)</u></u>

26 Eventos Subsequentes

Na reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 07 de março de 2017, dentre outros, foram aprovados os seguintes assuntos: (a) o programa de ações vigente até 08 de março de 2017, de acordo com a Nota 16.2, foi encerrado sem que houvesse aquisição das 1.000.000 de ações autorizadas para recompra; (b) foi autorizado um novo programa, o 14º Programa de Recompra de Ações ordinárias, nominativas e de emissão da própria Companhia, sem redução do capital social, como ferramenta estratégica na proteção de seu valor de mercado, para lastrear programas de remuneração variável baseado em outorga de ações e para posterior alienação ou cancelamento, podendo ser adquiridas até 1.000.000 de ações, correspondente a 6,72% das ações em circulação pelo prazo de 365 dias a partir de 08 de março de 2017.

Orçamento de Capital

Nos termos do parágrafo 2º do Artigo 196 da Lei 6.404/76, vimos submeter à deliberação de V.Sas. o Orçamento de Capital da CSU CardSystem S.A. para o exercício de 2017, no valor de R\$ 45,8 milhões, conforme fontes de financiamento abaixo:

INVESTIMENTOS 2017:

Descrição	Valor – R\$ Mil
CSU.Cardsystem	
Tecnologia (HW/SW/Customizações)	30.867
CSU.Contact	
Tecnologia (HW/SW/Customizações)	7.346
Benfeitorias/Mobiliário/Outros	3.807
Novos Negócios	
Tecnologia (HW/SW/Customizações)	1.914
Corporativo/Outros	
Tecnologia (HW/SW)	176
Outros (Benfeitorias)	1.648
Total	45.758

1. Os investimentos em software, customizações e hardware na CSU Cardsystem representam a estimativa da Administração dos valores a serem despendidos em novos projetos e atualização dos sistemas atuais da Companhia.
2. Os investimentos da unidade CSU Contact destinam-se principalmente aos desembolsos para montagem das operações de atendimento.
3. Os novos negócios incluem principalmente os investimentos na unidade ITS.

Orçamento de Capital (continuação)**USO E FONTE DE RECURSOS:**

Descrição Valor – R\$ Mil

<u>Usos</u>		<u>76.424</u>
Plano de Investimentos	R\$mil	45.758
Redução de dívida líquida	R\$mil	16.703
Pagamentos de Dividendos Complementares	R\$mil	1.163
Pagamentos de JCP	R\$mil	12.800
<u>Fontes (Recursos Próprios)</u>		<u>76.424</u>

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**Composição acionária em:**

ACIONISTAS	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
	# AÇÕES	%	# AÇÕES	%
Grupo de Controle	26.369.549	63,1%	26.369.549	63,1%
Greenville Delaware LLC	25.557.899	61,1%	25.557.899	61,1%
Marcos Ribeiro Leite	811.650	1,9%	811.650	1,9%
Free Float	14.896.474	35,6%	14.877.243	35,6%
Sul América Investimentos DTVM S/A	5.145.700	12,3%	5.935.300	14,2%
Demais	9.750.774	23,3%	8.941.943	21,4%
Tesouraria	533.977	1,3%	553.208	1,3%
TOTAL CARD3	41.800.000	100%	41.800.000	100%

Data: 31 de Dezembro de 2016

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

CSU CardSystem S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CSU CardSystem S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e a dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CSU CardSystem S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 9.2 às demonstrações financeiras, a Companhia tem processos judiciais relacionados com contratos de prestação de serviços e fornecimento de software para a Caixa Econômica Federal (“CAIXA”) onde os montantes pleiteados entre as partes serão quantificados quando do término dos processos. No contexto do contrato de prestação de serviços a Companhia incorreu em desembolsos com licença e customização de software específico desenvolvido para atender ao contrato firmado em maio de 2005, com saldo no ativo intangível no montante de R\$15.593 mil, líquido de amortização. A Administração da Companhia, baseada nas avaliações de seus assessores jurídicos, entende que terá êxito nas discussões judiciais em andamento. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 não incluem provisões para perdas em relação aos referidos ativos ou qualquer ajuste em decorrências dessas incertezas. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não está ressalvada em função desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Compensação COFINS

Em 29 de abril de 2016, a CSU entrou com pedido junto ao Tribunal Regional Federal - TRF de São Paulo para conversão em renda em favor da União do saldo de depósitos judiciais referentes aos débitos de COFINS em discussão no período entre fevereiro de 2004 a abril de 2015. Face à concordância da União ao pleito realizado, a Companhia compensou o saldo de depósitos judiciais com o montante da provisão para contingências de mesma natureza existente na data e reconheceu os efeitos fiscais correspondentes. Esta transação é relevante para nossa auditoria devido ao montante envolvido e impactos representativos na apuração do resultado do exercício.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o tema incluíram, dentre outros, o envolvimento de nossos especialistas tributários e jurídicos na discussão deste assunto com a Administração e assessores legais da Companhia quanto aos aspectos fiscais e legais da matéria, a inspeção da documentação considerada pela Administração como suporte para os registros contábeis realizados e a adequada divulgação sobre este tema em nota explicativa, as quais constam nas notas explicativas 13.1 e 14.1.

Reconhecimento e capitalização de desembolsos no ativo intangível e sua realização

A Companhia realiza desembolsos significativos no desenvolvimento de softwares aplicados na prestação de serviços para seus clientes os quais, quando associados a softwares que provavelmente gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativo intangível.

Estes desembolsos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento, as despesas gerais diretamente relacionadas e outros que sejam diretamente identificáveis.

Consideramos este assunto relevante em nossa auditoria devido à magnitude dos montantes envolvidos, ao complexo julgamento na identificação de gastos que sejam passíveis de capitalização, como por exemplo com pessoal, desembolsos com terceiros e aquisição de softwares além da existência de subjetividade e uso de premissas por parte da Administração para elaborar projeções de receitas relacionadas a este ativo. Adicionalmente há riscos de necessidade de reservas sobre o mesmo em razão da potencial não realização

Dentre os procedimentos de auditoria aplicados, destacamos:

- Revisão dos controles internos e políticas da Companhia quanto aos critérios adotados para reconhecimento dos desembolsos realizados e tratamento dos mesmos como ativo intangível sua amortização e/ou baixas;
- Testes documentais sobre uma amostra de desembolsos para aquisições de novas licenças de software e gastos para customização de softwares utilizados para prestação de serviços para os clientes da Companhia; e
- Envolvemos nossos especialistas em avaliações para nos auxiliar na revisão das projeções financeiras elaboradas pela Administração para teste anual de recuperabilidade de ativos de vida longa conforme previsto na norma contábil vigente;

Adicionalmente, avaliamos as divulgações da Companhia sobre seus ativos intangíveis, incluídas na nota explicativa 9 e sobre a recuperabilidade de ativos, incluídas na nota explicativa 2.15.

Reconhecimento de receita

As receitas da Companhia são originadas substancialmente da prestação de serviços de processamento de cartões de créditos de seus clientes e serviços de call-center e inclui montantes faturados e estimativa de valores a faturar, ambos com base nos contratos de prestação de serviço. Os valores faturados e a faturar são reconhecidos no período de competência com base em estimativas e levando em conta as especificidades dos contratos e foi considerada uma área de julgamento durante nossos trabalhos de auditoria face aos potenciais impactos que podem trazer sobre as demonstrações financeiras em caso de distorções no reconhecimento da receita.

Nossos procedimentos de auditoria relacionados ao reconhecimento da receita incluíram, entre outros:

- Análise detalhada da receita faturada e não faturada e a época de seu reconhecimento com base nos termos contratuais e as expectativas derivadas do nosso conhecimento da indústria e dados externos de mercado e discussões sobre possíveis variações das nossas expectativas;
- Teste dos controles implementados pela Companhia para reconhecimento na competência correta das receitas faturadas e não faturada provenientes dos contratos de prestação de serviços;
- Teste documental dos principais contratos da Companhia firmados no exercício, sua contabilização e recebimentos subsequentes; e
- Envio de cartas de confirmação de saldos de contas a receber de clientes em datas específicas para casos selecionados estatisticamente.

Adicionalmente avaliamos as divulgações da Companhia sobre os critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos, as quais estão incluídas nas Notas Explicativas 2.25 e 21.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material, incluindo fraudes, e projetamos procedimentos de auditoria para responder a esses riscos. Os procedimentos de auditoria que utilizamos incluem a obtenção de evidências de auditoria por meio de testes de controle e testes de substância. Além disso, avaliamos a eficácia dos controles internos da Companhia e a qualidade dos registros contábeis e financeiros. Também avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações contábeis e financeiras.

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material, incluindo fraudes, e projetamos procedimentos de auditoria para responder a esses riscos. Os procedimentos de auditoria que utilizamos incluem a obtenção de evidências de auditoria por meio de testes de controle e testes de substância. Além disso, avaliamos a eficácia dos controles internos da Companhia e a qualidade dos registros contábeis e financeiros. Também avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações contábeis e financeiras.

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material, incluindo fraudes, e projetamos procedimentos de auditoria para responder a esses riscos. Os procedimentos de auditoria que utilizamos incluem a obtenção de evidências de auditoria por meio de testes de controle e testes de substância. Além disso, avaliamos a eficácia dos controles internos da Companhia e a qualidade dos registros contábeis e financeiros. Também avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações contábeis e financeiras.

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material, incluindo fraudes, e projetamos procedimentos de auditoria para responder a esses riscos. Os procedimentos de auditoria que utilizamos incluem a obtenção de evidências de auditoria por meio de testes de controle e testes de substância. Além disso, avaliamos a eficácia dos controles internos da Companhia e a qualidade dos registros contábeis e financeiros. Também avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações contábeis e financeiras.

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material, incluindo fraudes, e projetamos procedimentos de auditoria para responder a esses riscos. Os procedimentos de auditoria que utilizamos incluem a obtenção de evidências de auditoria por meio de testes de controle e testes de substância. Além disso, avaliamos a eficácia dos controles internos da Companhia e a qualidade dos registros contábeis e financeiros. Também avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações contábeis e financeiras.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de março de 2017

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6.

Luiz Carlos Marques

Contador CRC-1SP147693/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

CSU CARDSYSTEM S/A

CNPJ nº 01.896.779/0001-38

NIRE nº 35300149769

COMPANHIA ABERTA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CSU CardSystem S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em cumprimento ao que dispõe a Lei nº. 6.404/1976 e posteriores alterações, examinou o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, do valor adicionado, complementados por notas explicativas, bem como o demonstrativo elaborado pela Administração para destinação do resultado, o plano de investimentos/orçamento de capital e o estudo técnico para manutenção dos montantes registrados de créditos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2016, conforme Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002.

Com base nos documentos examinados, nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração e no relatório, sem ressalvas, desta data, da Ernst & Young Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação.

São Paulo, 07 de março de 2017.

Luciano Carvalho Ventura

Mônica Hojaij Carvalho Molina

Sérgio Tuffy Sayeg

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, os diretores da CSU CardSystem S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Relacionamento com Auditores Independentes

A política em relação à contratação de auditoria externa assegura que não haja conflito de interesses, perda de objetividade ou independência do auditor no seu relacionamento com a CSU. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que, durante 2016, não foram contratados da empresa Ernst & Young Auditores Independentes S.S. serviços não relacionados à auditoria de suas demonstrações financeiras em montante superior a 5% dos honorários de auditoria.